



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1300/2025
(à MPV 1300/2025)

Inclusão de novo artigo na Lei 12.334, de 20 de setembro de 2010:

“A Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, passa a vigorar com as

seguinte alteração:

Art.

18.....

Art. 18-D Os investimentos necessários para a adequação das estruturas das barragens aos requisitos de segurança dispostos nesta lei e em suas regulamentações, incluindo readequações em extravasores e obras de recuperação de barramentos, bem como a implementação e manutenção de todas as etapas do Plano de Ação Emergencial – PAE, descrito no artigo 11 desta lei, serão ressarcidos aos empreendimentos por meio da extensão de suas concessões.



JUSTIFICAÇÃO

A Lei 12.334, de 20 de setembro de 2010, estabeleceu a Política Nacional de Segurança de Barragens.

Em 30 de setembro de 2020, motivada pelos desastres socioambientais em barragens de mineração em 2015 e 2019, foi promulgada a Lei 14.066. Esta lei objetivou modernizar a Lei 12.334/2010 de forma a aperfeiçoar os critérios de segurança de todos os tipos de barragens, criando, inclusive, a figura dos Planos de Ação Emergenciais – PAE.

Importante considerar que a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC) foi instituída pela Lei Federal 12.608/2012 e traz, como principais diretrizes:

I - atuação articulada entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para redução de desastres e apoio às comunidades atingidas;

II - abordagem sistêmica das ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação;

III - a prioridade às ações preventivas relacionadas à minimização de desastres;

IV - adoção da bacia hidrográfica como unidade de análise das ações de prevenção de desastres relacionados a corpos d'água;

V - planejamento com base em pesquisas e estudos sobre áreas de risco e incidência de desastres no território nacional;

VI - participação da sociedade civil.

Assim, a Lei 12.608/2012 e a Lei 12.334/2010 são claras ao afirmar que as medidas de proteção à população devem existir, embora,



a alteração feita na Lei 14.066/2020, em seu Artigo 12, descreva o PAE com características que são pertinentes às atribuições dos órgãos de defesa civil, verificando-se assim uma sobreposição à Lei 12.608/2012.

A legislação alterou e ampliou significativamente o conteúdo mínimo do PAE, ou seja, note-se que todos os quatro incisos da redação original do art. 12 da Lei nº 12.334/2010 foram modificados pela Lei nº 14.066/2020, que incluiu, ainda, outros nove requisitos para elaboração do PAE. Além das mudanças quanto ao conteúdo mínimo, o legislador impôs novas e relevantes providências adicionais ao PAE, ao incluir oito parágrafos ao artigo 12. Ocorre que as adequações exigidas pela Lei 14.066/2020, em conjunto com a sua regulamentação trouxeram custos excessivos aos agentes do setor elétrico, com potencial risco de desequilíbrio econômico-financeiro de suas concessões.

Importante ressaltar que houve, neste instrumento legal, a designação aos empreendedores das responsabilidades antes definidas pela Lei 12.608/2012 aos agentes de Defesa Civil, o que onerou ainda mais o gerador, antes responsável apenas pela gestão técnica da barragem.

A maior parte destes custos sequer poderia ser prevista pelos empreendedores quando da construção dos empreendimentos ou nos casos nos quais essas barragens foram outorgadas por meio de leilões, previamente a 2020.

Além disso, sob o ponto das mudanças climáticas, em que vários especialistas vêm identificando que a frequência e a intensidade dos eventos extremos vêm aumentando em todo o planeta, tem-se as barragens como um dos principais afetados por estas mudanças. No entanto, ainda não se tem uma metodologia validada e consagrada para considerar estes efeitos no dimensionamento das estruturas durante a Revisão Periódica de Segurança - RPS. Isso pode levar à necessidade



grandes investimentos futuros de adequação estrutural e hidráulica que não tinham como ser considerados anteriormente. Cabe lembrar que não se trata de omissão técnica do agente responsável pelo empreendimento, dado que a metodologia de cálculo dos eventos extremos deve considerar o histórico observado que, por sua vez, devido aos impactos de mudanças climáticas, não representam os eventos futuros, sendo necessários constantes revisões e, dependendo, ajustes aos extravasores da barragem para contemplar os cenários necessários de extravasão.

O presente dispositivo visa garantir a continuidade na prestação do serviço de produção de energia elétrica, mantendo o mais alto padrão de segurança a todos os stakeholders, tanto do investidor quando às comunidades e cidades próximas a barragens.

A garantia de que os investimentos necessários e não previstos nos contratos de concessão sejam ressarcidos por meio da extensão das concessões das usinas permitirá que o consumidor, de forma geral, não seja onerado de qualquer maneira, ao tempo que todos os requisitos da legislação e regulação sejam atendidos pelos empreendedores.

Assim, o texto proposto nesta emenda, busca manter o equilíbrio econômico-financeiro das concessões, assegurando o atendimento à legislação, aumentando a segurança para a população sem custos para o consumidor.



Sala da comissão, 26 de maio de 2025.

Deputado Rodrigo de Castro
(UNIÃO - MG)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256234729500>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rodrigo de Castro

